



Missão: *Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com Justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade.*

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA JUIZ LEIGO E CONCILIADOR

CADERNO DE PROVAS – JUIZ LEIGO



INSTRUÇÕES – LEIA COM ATENÇÃO:

PROVA OBJETIVA

1. Verifique se seu caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, correspondentes à prova objetiva, e se estão corretamente ordenadas de 1 a 40, cada uma possuindo quatro alternativas “A, B, C e D”.
2. Caso o caderno de provas ou o cartão-resposta estejam incompletos ou apresentem algum defeito, comunique aos fiscais de sala, que adotarão as providências adequadas.
3. Ao receber o Cartão-Resposta, assine o nome, por extenso, e identifique-o com o número de sua inscrição. Transfira as respostas para esse cartão, utilizando apenas caneta de tinta azul ou preta, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta, lembrando que só há uma resposta correta para cada questão, de acordo com modelo:

01

02

PROVA SUBJETIVA

4. Verifique se seu caderno de provas contém 6 (seis) questões teóricas.
5. Ao receber seu caderno de provas, identifique-o com o número de sua inscrição
6. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, repetida, ausência de página ou impressão defeituosa), solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição.
7. Cada caderno de provas conterá 2 (duas) folhas de rascunho para elaboração das respostas das questões teóricas. As respostas devem ser transcritas para as respectivas “folhas oficiais de respostas”, pois os rascunhos não serão corrigidos.
8. Evite rasuras, pois elas poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

INSTRUÇÕES GERAIS

9. A duração da prova é de **5 (cinco) horas**, incluindo a transcrição das respostas para o Cartão-Resposta.
10. Ao terminar a prova comunique ao fiscal da sala e devolva o seu Cartão-Resposta e o caderno de provas. Este último poderá ser levado pelo candidato somente no caso de **restar 30 (trinta) minutos** para o término do tempo de prova.
11. Não é permitido o uso de aparelhos eletrônicos de quaisquer espécies, bem como o uso de óculos escuros e boné. Se o celular tocar no período de realização da prova, o candidato será automaticamente desclassificado.
12. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno de provas poderá implicar a anulação da sua prova.
13. Aguarde a autorização do fiscal de sala para abrir o caderno e iniciar a prova.

BOA SORTE!



DIREITO CONSTITUCIONAL

1 - No tocante à classificação das constituições:

- A) Pode-se dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é OUTORGADA.
- B) Considerando a existência de cláusulas pétreas, pode-se afirmar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como um todo, é IMUTÁVEL.
- C) De acordo com a doutrina constitucionalista, classifica-se como HISTÓRICA a constituição que é resultado de uma lenta e contínua evolução das tradições e dos fatos sociais e políticos de um povo.
- D) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser classificada como CESARISTA.

2 - Assinale a assertiva INCORRETA:

- A) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição de 1988.
- B) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, garantir o desenvolvimento nacional e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- C) São Poderes da União, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- D) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

3 - De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- B) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- C) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- D) É inadmissível, no processo, a prova obtida por meios ilícitos, ainda que seja a única maneira de comprovar a inocência do réu.

4 - Quanto ao mandado de segurança:

- A) Será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- B) Será concedido para proteger direito líquido e certo, amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- C) Não será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela legalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- D) De acordo com a Constituição de 1988, somente é admissível na forma individual.

5 - Conforme determina a Constituição de 1988:

- A) Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por legalidade ou abuso de poder.
- B) Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de expressão, por ilegalidade ou abuso de poder.
- C) Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- D) Conceder-se-á habeas corpus somente quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência ou coação



em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

PROCESSO CIVIL

6 - De acordo com o Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Ao juiz compete tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes, mesmo que verse a causa sobre direitos que não admitam transação.
- B) O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documento ou confissão da parte.
- C) podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as capazes, impedidas ou suspeitas.
- D) O cego e o surdo são incapazes de depor como testemunhas, ainda que a ciência do fato objeto da prova independe dos sentidos que lhes faltam.

7 - Quanto ao depoimento pessoal:

- A) É espécie de prova oral consubstanciada na oitiva da parte, tendo por objetivo precípuo a confissão do depoente.
- B) A sua realização deverá ser sempre determinada de ofício pelo juiz, independentemente de requerimento de qualquer das partes.
- C) A parte será intimada pessoalmente, constando do mandado que se presumirão confessados os fatos contra ela alegados, caso não compareça. Não se presumirá a confissão, caso a parte compareça, recusando-se a depor.
- D) A parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, não podendo servir-se de escritos adrede preparados. Não se permitirá, assim, a consulta a notas breves, mesmo que objetivem completar esclarecimentos.

8 - No tocante à prova documental, de acordo com o Código de Processo Civil:

- A) Em qualquer situação, o documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, não tem nenhuma eficácia probatória.
- B) Cessa a fé do documento, público ou particular, sendo-lhe declarada administrativamente a falsidade.
- C) O juiz apreciará livremente a fé que deva merecer o documento, quando em ponto substancial e sem ressalva contiver entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento.
- D) Quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, somente a prova especial pode suprir-lhe a falta.

9 - Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Considera-se prova ilícita aquela obtida com violação de regras de direito processual.
- B) Considera-se prova ilegítima a obtida com transgressão de norma de direito material.
- C) A confissão pode ser judicial, extrajudicial ou espontânea. Entretanto, a confissão nunca será provocada.
- D) Quanto ao sistema de apreciação da prova, prevalece no Brasil o livre convencimento motivado, pois o juiz, em que pese à liberdade em apreciar as provas produzidas, deve declinar os fundamentos do seu entendimento.

10 - Assinale a INCORRETA:

- A) De acordo com o Código de Processo Civil, as provas serão produzidas na audiência nesta ordem: I - o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos; II - o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; III - finalmente, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- B) O termo de conciliação, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, terá valor de sentença.
- C) Em causas relativas à família, terá lugar a conciliação, nos casos e para os fins em que a lei consente a transação.
- D) Considerando-se o princípio da informalidade, é desnecessário o atendimento das condições da ação para ingressar com uma demanda no âmbito dos juizados especiais cíveis.



DIREITO CIVIL

11 - Da Posse e sua Classificação, marque a INCORRETA:

- A) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- B) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- C) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, excluindo os dos outros compossuidores.
- D) É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

12 - Da Propriedade, marque a CORRETA:

- A) O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que justamente a possua ou detenha.
- B) O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.
- C) São permitidos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- D) A propriedade presume-se plena e exclusiva, ainda que com prova em contrário.

13 - Sobre os Direitos de Vizinhança, marque a INCORRETA:

- A) O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.
- B) Proíbem-se as interferências considerando-se a natureza da utilização, a localização do prédio, atendidas as normas que distribuem as edificações em zonas, e os limites ordinários de tolerância dos moradores da vizinhança.
- C) O direito a que se refere o artigo 1.277 não prevalece quando as interferências forem justificadas por interesse público, caso em que o proprietário ou o possuidor, causador delas, pagará ao vizinho indenização cabal.
- D) Ainda que por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, não poderá o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, quando estas se tornarem possíveis.

14 - Acerca da personalidade e da capacidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, tenham o discernimento reduzido, são absolutamente incapazes.
- B) Os pródigos são relativamente incapazes.
- C) Aqueles que não podem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.
- D) Os direitos do nascituro são resguardados desde a concepção.

15 - Quanto à capacidade dos menores, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A incapacidade, para os menores, cessa, dentre outras hipóteses, pela colação de grau em curso de ensino superior.
- B) A incapacidade, para os menores, cessa, dentre outras hipóteses, pelo exercício de emprego público efetivo, desde que, em função dele, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- C) A incapacidade, para os menores, cessa, dentre outras hipóteses, pelo casamento.
- D) A incapacidade, para os menores, cessa, dentre outras hipóteses, por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.



DIREITO ADMINISTRATIVO

16 - O art. 37 da Constituição da República impõe à Administração Pública - direta e indireta - a obrigatoriedade de seguir vários princípios básicos, dentre esses princípios não se inclui o:

- A) Princípio da impessoalidade.
- B) Princípio da eficiência.
- C) Princípio da imprescritibilidade.
- D) Princípio da legalidade.

17 - Responde subjetivamente por danos causados a terceiros:

- A) A permissionária prestadora de serviço público.
- B) A autarquia.
- C) A concessionária prestadora de serviço público.
- D) O servidor público.

18 - Dentre os princípios a seguir mencionados o único que NÃO se relaciona com a prestação do serviço público é o da:

- A) Lucratividade.
- B) Atualidade.
- C) Continuidade.
- D) Transparência.

CÓDIGO DE TRÂNSITO (Lei no 9.503/97).

19 - Assinale a alternativa CORRETA de acordo com as normas gerais de circulação e conduta previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

- A) A ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda, obedecida a sinalização regulamentar e as demais normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, inclusive, quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda.
- B) Todo condutor, ao perceber que outro que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo, deverá, se estiver circulando pela faixa da esquerda, manter-se na faixa da esquerda, acelerando a marcha.
- C) Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, aproximarem-se de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver circulando por ela.
- D) Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá, ao sair da via pelo lado direito, distanciar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no maior espaço possível.

20 - O artigo 29, inciso III do Código de Trânsito Brasileiro estabelece que, quando veículos transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver:

- A) Trafegando pela esquerda.
- B) Trafegando pela direita.
- C) Prestes a entrar na rodovia.
- D) Circulando por ela.



DIREITO DO CONSUMIDOR (Lei no 8.078/90).

21 - Acerca dos direitos básicos do consumidor, marque a INCORRETA:

- A) São direitos básicos do consumidor: a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- B) São direitos básicos do consumidor: a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- C) São direitos básicos do consumidor: a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- D) São direitos básicos do consumidor: a facilitação da defesa de seus direitos, sempre com a inversão do ônus da prova, a seu favor.

22 - Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço, marque a INCORRETA:

- A) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- B) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- C) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de dolo.
- D) O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo 12 do CDC, quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.

23 - Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço, marque a CORRETA:

- A) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
- B) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- C) Não poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.
- D) São impróprios ao uso e consumo os produtos cujos prazos de validade não estejam vencidos.

24 - Das Práticas Comerciais, marque a INCORRETA:

- A) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.
- B) A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, sendo dispensável sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.
- C) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.
- D) O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.



25 - Sobre as Práticas Abusivas, é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

- A) Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- B) Enviar ou entregar ao consumidor, com solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- C) Elevar com justa causa o preço de produtos ou serviços.
- D) No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de, não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir à sua escolha, o desfazimento do negócio, com prejuízo de outras sanções cabíveis.

DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.

26 - Referente à aplicação da lei penal e da lei processual penal, assinale a opção CORRETA.

- A) Em relação à aplicação da lei no espaço, vigora o princípio da absoluta territorialidade da lei processual penal.
- B) Cessadas as circunstâncias que determinaram a sua existência, a lei penal excepcional deixa de ser aplicada ao fato praticado durante a sua vigência.
- C) Por expressa previsão legal, a lei penal sempre retroage para beneficiar o réu, ainda que já transitada em julgado a sentença penal condenatória.
- D) De acordo com o princípio da aplicação imediata da lei processual penal, os atos já realizados sob a vigência de determinada lei devem ser convalidados pela lei que a substitua.

27 - Assinale a INCORRETA:

- A) Ao juiz é autorizado produzir prova de ofício no processo penal sem violar o sistema acusatório.
- B) Na ação penal pública condicionada vigora o princípio da disponibilidade da ação já que fica a critério da vítima representar ou não contra o suposto autor do fato criminoso.
- C) É possível a retratação da representação no processo penal comum depois do oferecimento da denúncia.
- D) Na ação penal privada a obrigatoriedade da ação penal contra um obriga contra os demais, daí porque a ação se torna indisponível.

28 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A justa causa não é considerada como uma das condições da ação penal.
- B) O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
- C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- D) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

29 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- B) A revelia do processo civil possui as mesmas características do processo penal.
- C) A intimação do Ministério Público, do defensor nomeado/dativo e do réu preso será sempre pessoal.
- D) A citação por edital no Juizado Especial Criminal não é possível em qualquer caso por ser o procedimento célere.



30 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Para fixação da pena-base o juiz deve analisar as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal.
- B) O magistrado na dosimetria da pena deve levar em consideração as circunstâncias e consequências do crime.
- C) Caso o condenado descumpra sua pena restritiva de direitos será esta reconvertida em privativa de liberdade.
- D) Na segunda fase de aplicação da pena o juiz pode reduzir a pena abaixo do mínimo caso o acusado confesse o crime

LEIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS (Leis nos 9.099/95 e 12.153/09).

31 - Acerca dos princípios orientadores dos Juizados Especiais, assinale a opção CORRETA.

- A) Nos Juizados Especiais o processo é orientado pelos critérios da oralidade, anterioridade, irretroatividade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- B) Nos Juizados Especiais o processo é orientado pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- C) Nos Juizados Especiais o processo é orientado pelos critérios da fragmentariedade, simplicidade, intervenção mínima, economia processual e celeridade, buscando, desde que requerida pelas partes, a conciliação ou a transação.
- D) Nos Juizados Especiais o processo é orientado pelos critérios da oralidade, anterioridade, segurança jurídica, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que necessário, a conciliação ou a transação.

32 - A respeito da competência dos Juizados Especiais, assinale a opção INCORRETA.

- A) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, dentre outras, as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;
- B) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, dentre outras, a ação de despejo para uso próprio;
- C) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, dentre outras, as ações de alimentos, desde que o valor pleiteado não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;
- D) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, dentre outras, as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil.

33 - Em relação ao papel do Juiz togado, no âmbito dos Juizados Especiais, assinale a opção INCORRETA.

- A) O Juiz dirigirá o processo com liberdade para permitir que as partes escolham livremente as provas a serem produzidas e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- B) O Juiz deve atender aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- C) O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- D) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime.

34 - Pode ser parte perante os Juizados Especiais:

- A) A microempresa.
- B) O insolvente civil.
- C) O preso.
- D) O incapaz.



35 - Acerca dos atos processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os atos processuais serão públicos e deverão ser realizados até as 18 horas.
- B) Os atos processuais serão públicos e poderão ser realizados em horário noturno.
- C) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- D) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

36 - Em relação às provas no âmbito dos Juizados Especiais, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- B) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- C) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
- D) Todos os meios de prova, desde que previstos em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.

37 - É incorreto afirmar, acerca das sentenças nos Juizados Especiais:

- A) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorrido em audiência, dispensado o relatório.
- B) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.
- C) É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei 9.099/95.
- D) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso, que deverá ser interposto no prazo de quinze dias.

38 - Sobre as despesas processuais, no âmbito dos Juizados Especiais, é INCORRETO afirmar:

- A) O acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- B) A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé e de reconhecimento parcial do pedido.
- C) Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.
- D) Na execução serão cobradas custas, se improcedentes os embargos do devedor.

39 - São hipóteses de extinção do processo, no rito dos Juizados Especiais, EXCETO:

- A) A ausência do autor a qualquer das audiências do processo;
- B) O reconhecimento da incompetência territorial;
- C) O falecimento do autor, quando a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias;
- D) O falecimento do réu, ainda que o autor se disponha a promover a citação dos sucessores.

40 - Sobre a execução em sede de Juizados, de acordo com a Lei n. 9099/95, assinale a assertiva CORRETA:

- A) As sentenças serão necessariamente liquidas, admitindo-se, porém, sentenças ilíquidas.
- B) Os cálculos de conversão de índice, de honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados por servidor judicial.
- C) É indispensável a publicação de editais em jornais, quando se tratar de alienação de bens de pequeno valor.
- D) Não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que não poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo a execução.



**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS
(RESPONDER NA FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL)**

1. O enunciado 53 do Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE - dispõe que "Deverá constar da citação a advertência, em termos claros, a possibilidade de inversão do ônus da prova". Em que consiste a inversão do ônus da prova? E em que hipóteses pode ser aplicada?
2. Nos termos do enunciado 128 do Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE - "Além dos casos de segredo de justiça e sigilo judicial, os documentos digitalizados em processo eletrônico somente serão disponibilizados aos sujeitos processuais, vedado o acesso à consulta pública fora da secretaria do juizado (XXIV Encontro - Florianópolis/SC). Em que consiste o princípio da publicidade dos atos processuais? Na sua opinião, o enunciado 128 viola este princípio?
3. Disserte acerca da cominação de multa, nas hipóteses de imposição judicial de obrigação de fazer, abordando, obrigatoriamente, o caráter coercitivo das decisões judiciais e a obrigatoriedade (ou não) de sujeição desta multa ao valor de quarenta salários mínimos.
4. Discorra sobre a responsabilidade dos fornecedores por vício do produto e do serviço e quais as alternativas existentes para o consumidor previstas no art. 18 do CDC.
5. Comente sobre a responsabilidade civil objetiva do Estado prevista no art. 37, §6º da CF/88.

DECISÃO:

Diante da questão abaixo, redija a decisão. Máximo de 60 linhas.

João, ao tentar fazer o financiamento da casa própria, descobriu que seu nome estava inscrito nos órgãos de proteção ao crédito por dívida com a empresa AMIGA S/A. João foi até o Juizado Especial Cível para fazer uma reclamação contra a referida empresa, afirmando que nunca contratou com ela, desconhecendo a origem da dívida, pedindo liminar para exclusão do seu nome dos cadastros de devedores.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101361-37.2015.8.01.0000

RASCUNHO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101361-37.2015.8.01.0000

RASCUNHO